

JNT-FACIT BUSINESS AND TECHNOLOGY JOURNAL - ISSN: 2526-4281 QUALIS B1



**ETNOSSOCIOLINGUÍSTICA E TRANSDISCIPLINARIDADE NA
REALIDADE INDÍGENA APINAYÉ:
A LÓGICA DO TERCEIRO INCLUÍDO**

**ETHNOSOCIOLINGUISTIC AND TRANSDISCIPLINARITY IN
THE APINAYÉ INDIGENOUS REALITY:
THE THIRD PARTY'S LOGIC INCLUDED**

Severina Alves de ALMEIDA Sissi
Faculdade de Ciências do Tocantins FACIT
Universidade Federal do Norte do Tocantins UFNT
E-mail: sissi@faculdadefacit.edu.br

Rosineide Magalhães de SOUSA
Universidade de Brasília UnB
E-mai: rosimaga@uol.com.br

Francisco Edviges ALBUQUERQUE
Universidade Federal do Norte do Tocantins UFNT
E-mail: fedviges@uol.com.br

Ângela Maria SILVA
Faculdade de Ciências do Tocantins FACIT
E-mail: angela_ortoface@hotmail.com

Denyse Mota SILVA
Faculdade de Ciências do Tocantins FACIT
Universidade Federal do Norte do Tocantins UFNT
E-mail: denyse@faculdadefacit.edu.br



RESUMO: Este artigo apresenta parte dos resultados de uma pesquisa na/da realidade indígena, considerando o contexto em que se inserem os Apinayé, povo remanescente dos Timbira Orientais, falantes de língua homônima pertencente ao Tronco Macro Jê e Família Linguística Jê. O grupo, num total de 2.278 pessoas habita em 51 aldeias (DSEI-TO, 2020), localizadas no norte do estado do Tocantins, Brasil. O objetivo foi refletir acerca da Etnossociolinguística e da Transdisciplinaridade a partir da Lógica do Terceiro Incluído. O construto teórico metodológico inclui diferentes categorias de análise, com destaque para a Etnossociolinguística, teoria emergente a partir das evidências da Transdisciplinaridade, da Etnografia e da Sociolinguística, no âmbito das relações interculturais e bilíngues do contexto indígena Apinayé. Para discutir a Transdisciplinaridade recorreremos a Nicolescu (2008), D’Anbrósio (2008), Morin (2001), Jantsch (1979). Interdisciplinaridade, Fazenda (2008), Celani (1998). Etnografia, Erickson (1984), Tomas (1993). (Socio)linguística Bortoni-Ricardo (2014), Camacho (2013), Calvet (2009). Etnossociolinguística, Almeida (2015), Almeida e Sousa (2016). Sobre os Apinayé Nimuendajú [1937(1983)], Da Matta (1976), Albuquerque (2007), Almeida (2012). Nesse sentido, e considerando o hibridismo cultural, etnográfico e sociolinguístico do ambiente da pesquisa, como um construto “Etnossociolinguístico”, onde o conhecimento encontra-se subordinado a um contexto axiológico, pessoas e sociedades criam, historicamente, instrumentos teóricos de observação e reflexão. É, pois, no âmbito da Lógica do Terceiro Incluído, um dos Pilares da Transdisciplinaridade, e da Etnossociolinguística, que enquadrámos a pesquisa com os Apinayé, instaurando um novo paradigma em relação à geração, apresentação, descrição, discussão e análise dos dados, desfazendo a dicotomia sujeito e objeto, valorizando a empiria em consonância com os aportes teóricos, nomeadamente a Complexidade e os Diferentes Níveis da Realidade Indígena, aspectos catalizadores da Etnossociolinguística.

Palavras chave: Etnossociolinguística. Transdisciplinaridade. Lógica do Terceito Incluído. Apinayé.

ABSTRACT: This article reflects on the research in the indigenous reality, considering the context in which the Apinayé, remaining people of the Timbira Orientais, speaking homonymous language belonging to Macro Jê Trunk and Linguistic Family Jê are inserted. The group, with a total of 2782 people inhabits 51 villages (DSEI-TO, 2020), located in the north of the state of Tocantins, Brazil. The objective is to discuss, in the light of Ethnosociolinguistic, Transdisciplinary of the Third Included. The theoretical methodological construct includes different categories of analysis, with emphasis on

Severina Alves de ALMEIDA; Rosineide Magalhães de SOUSA; Francisco Edviges ALBUQUERQUE; Ângela Maria SILVA; Denyse Mota SILVA. Etnossociolinguística e Transdisciplinaridade na Realidade Indígena Apinayé: A Lógica do Terceiro Incluído. JNT-Facit Business And Technology Journal - ISSN: 2526-4281 QUALIS B1. Fevereiro 2021 - Ed. Nº 23. Vol. 1. Págs. 153-172.

Ethnosociolinguistics, emerging theory from which establishes Transdisciplinarity to Ethnography and Sociolinguistics, within the scope of intercultural and bilingual relations of the indigenous context Apinayé In order to discuss transdisciplinarity we refer to Nicolescu (2008), D'Ambrósio (2008), Morin (2001), Jantsch (1979). Interdisciplinarity, Fazenda (2008), Celani (1998). Ethnography, Erickson (1984), Tomas (1993). Sociolinguistic Bortoni-Ricardo (2014), Camacho (2013), Calvet (2009). Ethnosociolinguistic, Almeida (2015), Almeida and Sousa (2016). About the Apinayé Nimuendajú [1937(1983)], Da Matta (1976), Albuquerque (2007), Almeida (2012). In this sense, and considering the cultural, ethnographic and sociolinguistic hybridism of the research environment as an "Ethnosociolinguistic" construct, where knowledge is subordinated to an axiological context, people and societies historically create theoretical instruments of observation and reflection. It is, therefore, within the scope of the Logic of the Third Included, one of the Pillars of Transdisciplinarity, and of the Ethnosociolinguistic, that we fit the research with the Apinayé, establishing a new paradigm in relation to the generation presentation, description, discussion and analysis of the data, undoing the dichotomy Subject and object, valuing the empiria in consonance with the theoretical contributions, namely the Complexity and the Different Levels of the indigenous reality, catalyzing aspects of Ethnosociolinguistic.

154

Keywords: Ethnosociolinguistic. Transdisciplinarity. Logic of the Included Third. The Apinayé

INTRODUÇÃO

Apesar do endosso quase universal da Declaração da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre os Direitos dos Povos Indígenas (UNDRIP) e da adoção por consenso mundial do Documento Final da Conferência (IWIGA, 2015), muitos Estados ainda não reconhecem a existência dos povos indígenas em seus próprios países e os seus direitos não estão no topo da agenda política. Os direitos humanos dos povos indígenas também estão longe de serem refletidos no cotidiano da maioria dos 370 milhões de Indígenas do mundo. Os povos indígenas continuam entre os mais pobres e marginalizados; eles têm muito mais risco de não ter acesso à educação, água limpa e segura habitação, de acabar na prisão e de morrer durante a gravidez e o parto, do que outras pessoas.

Zeid Ra'ad Al Hussein: Alto Comissário da ONU para os Direitos Humanos em seu discurso de abertura da Conferência Mundial IWIGA (2015)¹.

¹ IWGIA – *International Work Group for Indigenous Affairs* – é uma organização internacional não governamental de direitos humanos, que apoia a luta dos povos indígenas pelos direitos à autodeterminação,

Historicamente os povos indígenas brasileiros são “objeto” de estudo nas mais variadas áreas do conhecimento, porém mais eloquentemente na Antropologia, ciência social por excelência, e na Etnografia, método descritivo que permite conhecer os diferentes níveis da realidade de comunidades tradicionais, tais quais os Apinayé. Não obstante, o interesse se amplia na medida em que outras vertentes teóricas, a Linguística e a (Socio)linguística, por exemplo, de forma inter e transdisciplinar, contribuem para a realização de pesquisas em educação e linguagem, atuando nas esferas da interculturalidade e do bilinguismo, estabelecendo um diálogo franco com currículo e letramento, num engendramento que favorece a emergência da Etnossociolinguística.

Na perspectiva da pesquisa transdisciplinar que considera a lógica do terceiro incluído, os trabalhos realizados em aldeias indígenas e comunidades quilombolas, sociedades tradicionais que lutam pela autodeterminação de seus povos, contribuem para que essas sociedades possam ter visibilidade e se percebam parte integrante de um construto social, político e cultural que os têm, de forma perversa, excluídos. Afinal, o que percebemos em nossos estudos com os Apinayé, com os quais convivemos desde 2008, é sua condição de “objeto de pesquisa”, quando pseudos-intelectuais vão às aldeias, coletam seus dados, escrevem suas Dissertações e Teses para obter as titularidades pertinentes, mas não retonam com uma devolutiva para as comunidades.

Evidencia-se, assim, a face utilitarista de uma realidade em que as partes percebem-se “contempladas”, uma vez que os pesquisadores conseguem os resultados de suas investigações e, conseqüentemente, a “*eudaimonia*”²; e os indígenas também que, por participaram, sentem-se “felizes”, em detrimento de sua condição de “objeto”, situação a qual eles não “se percebem”, desde que esta se configura como um atributo implícito em um significado que vai além do vínculo direto e imediato que eles mantêm com a sociedade não indígena. Nesse sentido, e considerano que uma ação é boa se produz bem-estar para o maior número de pessoas envolvidas no processo, evidencia-se o princípio do utilitarismo, teoria filosófica creditada a John Stuart Mill (1806-1873) e Jeremy Bentham (1748-1832), bem presente na modernidade.

ao território, controle de terras e recursos, à integridade cultural, ao desenvolvimento e à educação. Texto original em inglês. Tradução minha. Disponível em: <http://www.iwgia.org>. Acesso: 13-nov-2015. 08h22min.

¹ Esclareço que a opção da grafia “Apinajé” com “j” deve-se ao fato de ser essa a forma como os indígenas preferem ser nomeados atualmente.

² Eudaimonia (do grego antigo: εὐδαιμονία) é um termo que literalmente significa 'o estado de ser habitado por um bom daemon, um bom gênio', e, em geral, é traduzido como felicidade ou bem-estar. Contudo, outras traduções têm sido propostas para melhor expressar o que seria um estado de plenitude do ser. Fonte: Daniel N. Robinson. (1999).

Severina Alves de ALMEIDA; Rosineide Magalhães de SOUSA; Francisco Edviges ALBUQUERQUE; Ângela Maria SILVA; Denyse Mota SILVA. Etnossociolinguística e Transdisciplinaridade na Realidade Indígena Apinayé: A Lógica do Terceiro Incluído. JNT-Facit Business And Technology Journal - ISSN: 2526-4281 QUALIS B1. Fevereiro 2021 - Ed. Nº 23. Vol. 1. Págs. 153-172.

É, pois, nesse contexto que desenvolvemos o artigo que ora escrevemos, considerando também as perspectivas ética eêmica como catalizadores da pesquisa do tipo transdisciplinar, tendo em vista a lógica do terceiro incluído como aspecto presente na Etnossociolinguística. Ademais, foi a partir de uma ação cognitiva mais elaborada que chegamos ao termo “Etnossociolinguística”, quando o Grupo de Estudos SOLEDUC³, discutindo acerca da Etnografia e da Sociolinguística em contextos complexos como aldeias indígenas e comunidades quilombolas, percebeu que a Etnografia e a Sociolinguística expandiam-se além das fronteiras investigativas e linguísticas, imbricando para a “Etnossociolinguística”.

Nessa perspectiva, a frente teórica com a qual dialogamos vai além das fronteiras estabelecidas historicamente, perceptíveis na fragmentação das categorias de análise que dicotomizam e sobrepõem uma teoria à outra, hierarquizando-as, isto é, colocando-as em ordem de superioridade e/ou inferioridade, produzindo uma separação incompatível com os princípios da Transdisciplinaridade e da Etnossociolinguística. Além disso, a transcrição dos resultados das pesquisas que nomeamos como “convencionais” efetivam-se de forma linear, obdecendo à rigidez cartesiana do Paradigma Tradicional. Em nossas argumentações nesse texto, acenamos com uma perspectiva Transdisciplinar e Etnossociolinguística da criação, apresentação, descrição, discussão e análise de dados, em que o diálogo com as teorias é permanente, inexistindo hiherarquia na escrita.

156

OS APINAYÉ

Na sociedade Apinayé, é importante saber que existe uma posição onde o “conhecer” e o “defender” estão em plena sintonia, como um momento simultâneo e não como dois estágios separados e antagônicos, como sempre tem sido colocado. Todavia, o ponto de partida, deve-se notar bem, não é aquele que assume a defesa do índio como parte de um “movimento semifilantropico”, que apresenta o índio como “bom, inocente, puro e infantil”, mas porque esse índio, “como homem verdadeiro que é desenvolveu um conjunto original de soluções para uma série de problemas comuns a toda a humanidade”.

Roberto da Matta (1976).

Os Apinayé são um grupo indígena remanescente da grande nação Timbira, falante de língua homônima pertencente ao Tronco Macro-Jê e à Família Linguística Jê, conforme

³ Grupo de Estudos, do qual somos parte integrante, que agrega pesquisas realizadas no âmbito da (Socio)linguística e dos letramentos múltiplos realizadas em diferentes contextos sociais, que abrangem a investigação na língua, linguagem, diversidade cultural e identitária, principalmente em comunidades tradicionais (quilombolas e indígenas), contemplando a educação numa concepção Inter e Transdisciplinar.

Rodrigues (1986). Sua população é de 2.278 indígenas distribuídos em 51 aldeias, conforme o DSEI-TO (2020), todas na região do Bico do Papagaio, nas fronteiras do estado do Tocantins com o Maranhão e o Pará.

Nimuendajú (1983) informa que o grupo indígena Apinayé nunca deixou de habitar a região compreendida pela confluência dos rios Araguaia e Tocantins, cujo limite meridional era dado, até o início do século XX, pelas bacias dos rios Mosquito (no divisor de águas do Tocantins) e São Bento (no rio Araguaia). Quando o assunto versa sobre Terras Indígenas no Brasil, é importante considerar definições e conceitos jurídicos materializados na Constituição Federal de 1988, e no Estatuto do Índio, Lei 6.001 de 1973, sendo que este último encontra-se em revisão no Congresso Nacional.

A Constituição Federal do Brasil (1988) consagrou o desígnio de que os indígenas são os primeiros e naturais senhores da terra, que se sobrepõem a qualquer outro. Portanto, eles têm direito inalienável à terra ocupada, independentemente de reconhecimento formal. A aceção do que sejam terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas, encontra-se no primeiro parágrafo do artigo 231 da atual Constituição, como aquelas por eles habitadas em caráter permanente; as utilizadas para suas atividades produtivas; as imprescindíveis às preservações dos recursos ambientais necessários ao seu bem-estar; e as necessárias à sua reprodução física e cultural segundo seus usos, costumes e tradições. O mapa a seguir apresenta a localização das Terras Apinayé.



Figura 1. Mapa de Localização do Território Indígena Apinayé⁴.

⁴ Fonte: <http://www.questaoindigena.org/2013>. Acesso: 01-jul-2014. 10h20min.

No tocante à Terra Indígena Apinayé, doravante TI, sua demarcação foi homologada em 14 de fevereiro de 1985, pelo Decreto da Presidência da República Nº 90.960. A área de 141.904ha estende-se pelos municípios de Tocantinópolis, Maurilândia, Arguiarnópolis, São Bento e Cachoeirinha. Segundo Albuquerque (2007), no período que antecede à demarcação da área, a TI era composta por duas aldeias, São José e Mariazinha. Entretanto, após o reconhecimento legal do território, os indígenas se expandiram formando novas aldeias e, desse modo, passando a ter um maior controle sobre a área.

De acordo com Santilli (2001), o reconhecimento de posse de terras ocupadas tradicionalmente pelos povos indígenas brasileiros, e o direito de usufruto das riquezas naturais nelas existentes, são princípios constitucionais contemplados ainda na Constituição de 1934 e ratificados por diversos documentos nas esferas nacional e internacional. Para Albuquerque (2007), a área demarcada não corresponde, de fato, às terras tradicionalmente ocupadas pelos Apinayé, pois desconsidera formas de uso e distribuição da terra historicamente reivindicada pelos indígenas. A seguir apresento o mapa do estado do Tocantins com destaque para a área onde vivem os Apinayé.

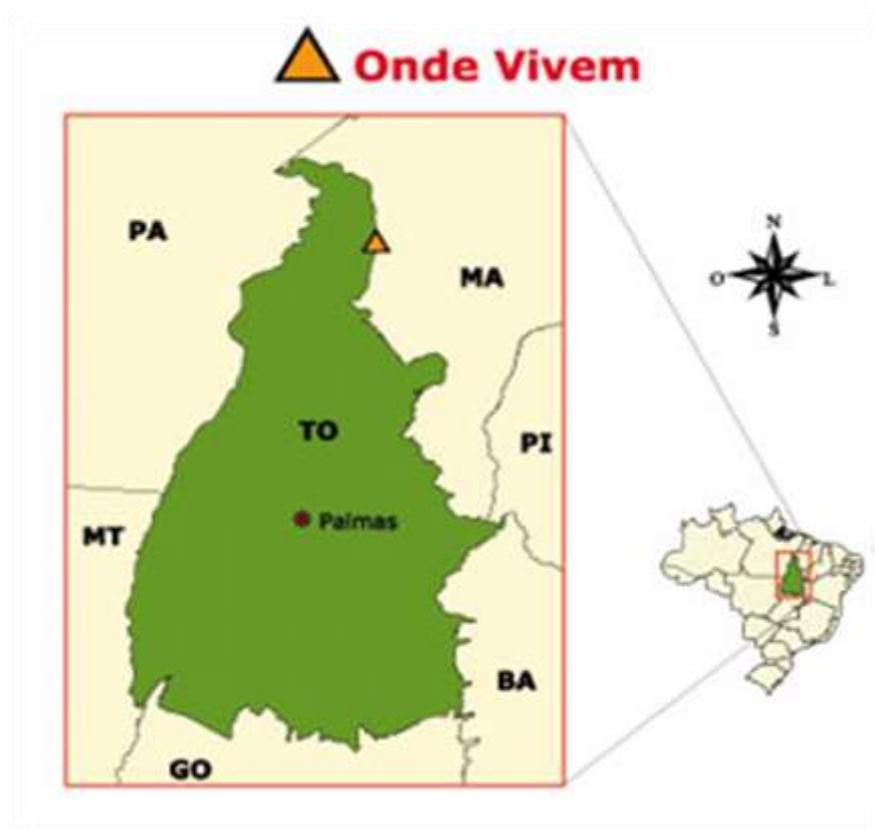


Figura 2. Mapa do Estado do Tocantins destacando a área onde vivem os Apinayé⁵.

⁵ Fonte: <http://www.culturasindigenas.org>. Acesso: 01-jul-2014. 17h19min.

As Terras indígenas Apinayé estão distante 550 km da capital do Tocantins, Palmas e seu acesso passa por Tocantinópolis, centro urbano frequentado pelos indígenas. A estrada até a entrada da TI é asfaltada, mas logo que se adentra nas terras Apinayé, o asfalto termina e o percurso até às aldeias é feito por estradas de terra, as quais na época das chuvas ficam em péssimo estado, o que motiva mobilizações dos indígenas por melhorias. Na foto 1, a seguir, é possível perceber essas afirmações.



Foto 1. Entrada na TI Apinayé⁶.

Como pode ser visto na foto 1, ao chegar às TI Apinayé o visitante se depara com toda exuberância de um cenário composto por matas ciliares e campos cerrados. Predominantemente a paisagem é constituída por árvores típicas da Amazônia brasileira e arbustos fechados, característica do bioma cerrado. Em meio a tudo isso se sobrepõe as palmeiras de babaçu, ou “*orbgnia speciosa*”, conforme Da Matta (1976), que podem se contempladas em suas plenitude e beleza. Em outro momento (ALMEIDA, 2011), verificamos o que afirmam Da Matta (1976) e Albuquerque (2007), ou seja, que a área ocupada pelos Apinayé preserva características da Amazônia brasileira com babaçuais⁷ e riachos perenes, porém se apresenta pobre em lagos e pântanos. Para Albuquerque (2007, p. 25), “[...] em alguns lugares da reserva a mata nativa ainda é preservada e proporciona extensa variedade de plantas como buriti, bacaba, juçara e babaçu”. Além dessas, encontram-se caju, manga, cajá, pequi, murici, dentre outras, que servem como alimentação, sendo que alguns desses produtos são comercializados na cidade de Tocantinópolis, gerando uma renda complementar para os indígenas.

⁶ Fonte: Almeida (2015).

⁷ Palmeiras de babaçu.

Origem dos Apinayé

Os Apinayé mantêm um sistema operante que explica a morfologia de sua sociedade, seus universos cosmológico e cultural. São mitos e lendas⁸, ritos e cerimoniais que os indígenas praticam, em detrimento da aculturação⁹ a que estão expostos. Para efeito da reflexão etnográfica que fazemos, destacamos dois mitos Apinayé, o “do sol *myt* e da lua *mytwrÿre*”¹⁰ que narra a origem do mundo na concepção dos indígenas, e o mito “**Origem da Tribo Apinayé**”, que trata disso mesmo, como surgiu a tribo. Segundo Oliveira (2013, p. 148), “[...] o mito da genealogia dos Apinayé apresenta os irmãos *Mbud-ti* e *Mbuduvri-re* como protagonistas que permitem traçar uma cartografia do e no universo onde fazeres e saberes são correlacionados, interconectados, entrelaçados às suas práticas socioculturais”(Sic), onde se pode perceber marcas de seus processos educacionais e epistêmicos tradicionais.

ETNOSSOCIOLINGUÍSTICA E TRANSDISCIPLINARIDADE NA REALIDADE INDÍGENA APINAYÉ

Já não se fala mais em índio (que é uma categoria ideológica, social e historicamente determinada) para se falar em Apinayé, em Kanela, em Krahô, em Kayapó... Abandona-se o “bom selvagem” para se tentar mostrar o homem Apinayé real, conquanto membro de uma totalidade organizada de homens que ordenam o mundo do mesmo modo. Deixa-se de lado a ficção sobre o mundo tribal, para se descrever como uma sociedade indígena opera no terreno, com suas regras, suas ideias e suas contradições.

Roberto da Matta (1976).

Etnossociolinguística e Transdisciplinaridade e são categorias epistemológicas que se justapõem quando se estuda sociedades tradicionais vistas como minorias étnicas. Esclarecemos que o termo minoria aqui é utilizado para referenciar grupos humanos inferiorizados uns em relação a outros, em diferentes aspectos. Segundo Arendt (2008), minorias são grupos de pessoas que se encontram marginalizadas no seio de uma sociedade hegemônica devido, dentre outros atores, aos aspectos sociais, econômicos, físicos, religiosos, linguísticos e/ou culturais. Como exemplo, a autora apresenta a insana

⁸ Nimuendajú (1983) identifica dezessete mitos e lendas na sociedade Apinajé.

⁹ Segundo M. Panoff e M. Perrin (1973, p. 13), o termo aculturação designa os fenômenos que resultam da existência de contatos diretos e prolongados entre duas culturas diferentes, e que se caracterizam pela modificação ou pela transformação de um ou mais tipos de cultura em presença.

¹⁰ O mito do sol e da lua conta a história de como a vida surgiu na terra. É a concepção dos Apinajé da criação do mundo correspondente ao livro "Gênesis" na cultura cristã.

perseguição às minorias (Judeus, Ciganos, Negros, Homossexuais, Deficientes Físicos, dentre outros), protagonizada pela Alemanha nazista durante a segunda guerra mundial na quarta década do século XX.

Com efeito, para que tenhamos clareza em nossas argumentações é importante conceituarmos Transdisciplinaridade e Etnossociolinguística, para nos apoderarmos de seus significados, a partir do que dizem autores que se debruçam sobre cada uma dessas teorias. Entretanto, apresentamos inicialmente uma breve descrição dos Apinayé, situando esse povo no contexto interétnico e etnossociolinguístico, justificando, assim, a pesquisa do tipo transdisciplinar e a Lógica do Terceiro Incluído no âmbito da Etnografia e da (Socio)linguística. Esta última, por conseguinte, é vista sob o viés da Sociologia da Linguagem, uma vez que se insere na perspectiva do estudo da sociedade Apinayé, a partir da língua ou línguas faladas nas comunidades.

No que tange à Transdisciplinaridade, esta se situa no arcabouço teórico de outras categorias quais análogas: Multidisciplinaridade, Pluridisciplinaridade e Interdisciplinaridade (JANTSCH, 1979), sendo esta última uma etapa que antecede a Transdisciplinaridade que, segundo Nucolescu (2009), não é simplesmente uma teoria, mas uma atitude epistemológica. Nesse sentido, e considerando a concepção de Transdisciplinaridade proposta por Nicolescu (2008) como o que está entre as disciplinas, através das diferentes disciplinas e além de qualquer disciplina, sendo seu objeto de estudo a compreensão do mundo presente, para o qual um dos imperativos é a unidade do conhecimento, percebemos que a proposta metodológica da pesquisa que realizamos em um contexto indígena, ao aglutinar a Etnografia em seus diferentes postulados à (Socio)linguística e suas variantes, estendendo-se aos Letramentos como pilares da investigação, se reveste de uma teor transdisciplinar.

No tocante à Etnossociolinguística, esta surgiu como categoria teórica associada à (Socio)linguística e à Etnografia, e encontra-se estereitadamente vinculada ao contexto interétnico, intercultural e bilíngue, característico de comunidades tradicionais, notadamente dos Apinayé das aldeias São José e Mariazinha¹¹. No período de geração de dados de nossa pesquisa, na medida em que as configurações subjetivas se entrelaçavam com os postulados etnográficos e sociolinguísticos, ia-se delineando a abrangência e a complexidade da temática, comportando diferentes categorias de análise e múltiplas frentes

¹¹ As aldeias São José e Mariazinha formaram o ambiente da pesquisa etnográfica e sociolinguística que resultou na Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-graduação da Universidade de Brasília em 15 de dezembro de 2015, intitulada: “Etnossociolinguística e Letramentos: Contribuições para um Currículo Bilíngue e Intercultural Indígena Apinajé”.

teóricas¹². Áreas e subáreas do conhecimento se intercambiaram, perpassando-se dialeticamente, o que nos levou a uma dificuldade em identificar o que era linguístico, sociolinguístico ou etnográfico nas fronteiras étnica e linguística à qual os indígenas estão situados.

Com efeito, a Etnossociolinguística se apresenta como um construto teórico metodológico que atende aos pressupostos da Transdisciplinaridade, considerando a Lógica do Terceito Incluído. Esta última, por conseguinte, é utilizada na perspectiva de uma configuração intersubjetiva dos indígenas em sua labuta cotidiana de enfrentamento com a sociedade não indígena, quando a invisibilidade à qual são submetidos, os excluem de uma efetiva participação nos ditames sociais, culturais, educacionais e políticos do País, no qual todos são, pelo menos do ponto de vista legal, cidadãos. Nesse sentido a Etnossociolinguística, provida de aspectos éticos, sociológicos, filosóficos e antropológicos, ao emergir no contexto educacional, indígena e interétnico pode ser representada conforme a figura 1 a seguir.



Figura 3. Construto Epistemológico da Etnossociolinguística¹³.

Com efeito, a Etnossociolinguística é um construto, se apresentado mesmo como um desdobramento de Educação Transdisciplinar, assumindo um novo contorno a partir do radical Etno que se juntando a qualquer palavra do Português, passa a dar sentido a uma

¹² Por exemplo: Etnografia, (Socio)linguística, Letramento, Currículo, Educação Indígena Intercultural e Bilíngue, Etnolinguística, Identidade.

¹³ Fonte: Almeida (2015, p. 47).

situação. Exemplo é a etnografia, que significa literalmente a escrita de um grupo social e cultural, originando etnia – raça. Etnia, por seu turno, diz respeito a um grupo social, pessoas que compartilham cultura, origens e história. Isso porque a complexidade inter e transcultural das sociedades indígenas, ao serem estudadas, demandam a necessidade de se estabelecer não somente desdobramentos teóricos, mas também novos significados que venham atender às demandas que inevitavelmente ocorrem, quando se trata de sociedades em contextos de minorias.

Com efeito, o termo “Etnossociolinguística” vai além da simples aglutinação do radical grego “*ethos*” ou “*etno*” da palavra “Etnografia” e do vocábulo “Sociolinguística” como à primeira vista seu léxico pode anunciar. Tem a ver, pois, com a sociedade indígena onde nossa pesquisa se situa, suas peculiaridades étnicas, identitárias, culturais, linguísticas e (Socio)linguísticas; sua estrutura social complexa; seu sistema dual; suas metades cerimoniais; seus ritos, mitos e aspectos cosmológicos. Incorpora as configurações subjetivas que se entrelaçam na dinâmica da interculturalidade. Desse modo, o “*etno*” da “Etnossociolinguística” é uma adaptação de “*eta*” referente a “*ethos*”, que, nessa perspectiva, designa a morada do homem e do animal “*zoon*” em geral. Segundo Ribeiro, Lucero e Gontijo (2008, p. 127), esse sentido de pertença a um lugar de estada permanente e habitual, tem a ver com a noção de abrigo protetor (morada), a partir da raiz semântica de “*ethos*” como costume, formas de vida e ação.

Em relação ao complemento “sociolinguística” que compõe ao lado do radical “*ethos*” o termo “Etnossociolinguística”, sua conotação é mesmo de uma língua em situação de interação em um contexto como é descrito no parágrafo anterior. Aqui a Etnografia da Comunicação, vertente que integra a Sociolinguística qualitativa, conforme Bortoni-Ricardo (2014, p. 103) e Camacho (2013), ocupa-se em analisar os “eventos de fala”, notadamente os preceitos que direcionam a seleção que o falante opera em função da interação que ele mantém com um interlocutor; tem a ver com o assunto, a conversa e outras circunstâncias da ação comunicativa.

Transdisciplinaridade na Realidade Indígena Apinayé: A Lógica do Terceiro Incluído

O contexto indígena é um espaço onde se entrecruzam mais elequentemente as subjetividades. Todavia, existe um confronto quando colocamos lado a lado os sujeitos que estão nas aldeias indígenas e os demais, isto é, as pessoas que fazem parte da sociedade hegemônica. Isso porque os indígenas são vítimas de uma relação assimétrica com os

demais brasileiros, tendo mesmo sua condição de sujeito questionada, como é o caso dos professores¹⁴. Sendo assim, vamos nos deter um pouco mais sobre a educação indígena e a subjetividade.

Historicamente, a educação para os indígenas no Brasil transcorreu para atender aos interesses da sociedade não indígena e, sendo assim, a imposição da Língua Portuguesa e, conseqüentemente, da cultura ocidental, foram aspectos que corroboraram (corroboram) para que esses povos apresentem-se desprovidos de autonomia. No caso da cultura, é nítida a hierarquização (CUCHE, 1999) nas aldeias e escolas indígenas, quando se percebe o domínio da cultura hegemônica, o que é visto por Geertz (2005) como “mecanismo de controle”, ações que não apenas enfraquecem, mas também dizimam a cultura local.

Isso ocorre das mais variadas formas, sendo a mais inquietante partir do senso comum de que a cultura indígena é inferior porque a forma de vida das sociedades que a promove é “primitiva”; que são “seres inferiores” e que só com a “assimilação” do modo de vida ocidental é que os indígenas podem vir a ser considerados “humanos”. Dessa forma, a cultura ocidental impõe uma educação que vai de encontro à Educação Indígena, considerando ser esta uma educação própria dos ensinamentos dos mais velhos, repleta de significados compostos pelo rico universo indígena, seus mitos, ritos e cerimoniais em interação com a natureza em suas mais variadas manifestações: rios, águas, chuva, sol, lua, céu, brisa, vida e morte.

A educação que é imposta aos indígenas é uma contraeducação, alicerçada por um currículo que desconhece a vida nas aldeias, a começar por um calendário que não leva em conta a realidade desses povos, notadamente em relação aos aspectos sazonais que são de extrema importância para essas sociedades, pois no período das chuvas e também da colheita, todos são convocados para a lida na roça, e ao desconsiderar isso, a escola está contribuindo para que os estudantes sejam penalizados com suas ausências nas aulas. Nesse momento, cristaliza-se uma das ineficácias da escola feita “para os indígenas”.

Tudo isso imbrica para uma realidade em que os indígenas se tornam “a-sujeitados” (MITJÁNS MARTINEZ, 2003), partindo do pressuposto de que a condição de sujeito está estreitamente ligada à forma como se estabelece a relação entre o indivíduo e as instituições sociais, no âmbito das subjetividades individual e social. Nesse sentido, González Rey (2003) apresenta uma concepção de subjetividade que compreende a

¹⁴ Para maiores melhor entendimento consultar: “Educação Escolar Indígena e Cultura na Sociedade Apinajé: Aspectos de uma Subjetividade Negada” (ALMEIDA, SOUSA E ARAÚJO). In: Francisco Edviges Albuquerque, Raimunda Benedita Cristina Caldas, Marcilene de Assis Alves e Severina Alves de Almeida Sissi. (Orgs). Campinas, SP: Pontes Editores, 2016.

complexidade dialética da psique humana, com implicações importantes na construção do conhecimento no âmbito das relações entre o individual (psique humana) e o social (o meio onde interagem as pessoas). Desse modo, percebemos que a Transdisciplinaridade e sua epistemologia atua nas subjetividades dos indígenas, considerando que no confronto destes com a sociedade não indígena temos o paradoxo de uma “subjetividade negada”.

Com efeito, a Transdisciplinaridade se manifesta na aprendizagem holística do ser humano, uma vez que estudamos, aprendemos, ensinamos, conhecemos com o nosso corpo inteiro. Com os sentimentos, com as emoções, com os desejos, com os medos, com as dúvidas, com a paixão e também com a razão crítica, jamais com esta apenas (FREIRE, 1997). Ademais, a Transdisciplinaridade favorece estudos com minorias étnicas, como é o caso do trabalho com os Apinayé, notadamente pelas características inter e transcultural da realidade indígena. Segundo Nicolescu (2009, p. 2), diante de vários níveis de realidade, o espaço entre as áreas do conhecimento e além do conhecimento, como o vácuo quântico, está cheio de todas as potencialidades: “[...] da partícula quântica às galáxias, do quark aos elementos pesados que condicionam o aparecimento da vida no Universo”, o que condiz com a realidade em que os Apinayé se inserem.

Nicolescu (2009) enfatiza que a estrutura descontínua dos níveis de realidade determina a estrutura descontínua do espaço transdisciplinar. Realidade esta que, por sua vez, explica porque a Transdisciplinaridade é radicalmente distinta da disciplinaridade, da qual é complementar. Ademais, a disciplinaridade envolve, no máximo, um único e mesmo nível de realidade; na maioria dos casos, aliás, ela não envolve senão fragmentos de um único e mesmo nível de realidade. Em contrapartida, a Transdisciplinaridade interessa-se pela dinâmica decorrente da ação simultânea de diversos níveis de realidade.

Segundo D’Ambrósio (2008), em todas as culturas o conhecimento está subordinado a um contexto natural, social e axiológico. Indivíduos e povos criam, ao longo da história, instrumentos teóricos de reflexão e observação. Para Nicolescu (2008; 2009), a Transdisciplinaridade apoia-se em três pilares: a Lógica do Terceiro Incluído a Complexidade e os Diferentes Níveis da Realidade, aspectos presentes na Etnossociolinguística.

A alusão a tais instrumentos no âmbito da Transdisciplinaridade, agente mediador da pesquisa em ambientes interculturais tal qual o dos Apinayé do norte do Tocantins, permite reconhecer a presença do Terceiro Incluído, identificado por Nicolescu (2008) na filosofia de Lupasco, que se contrapõe à lógica clássica ou aristotélica, baseada em três axiomas: i) O axioma da identidade: $A \text{ é } A$; ii) O axioma da não contradição: $A \text{ não é } A$; e

iii) O axioma do terceiro excluído: não existindo um terceiro termo T (T de terceiro incluído) que é ao mesmo tempo A e não A. “O Terceiro Incluído não significa de modo algum que se possa afirmar que uma coisa é seu contrário, o que, por anulação recíproca, destruiria toda possibilidade de predição e, portanto, toda possibilidade de abordagem científica do mundo” (NICOLESCU, 2009, p. 2). Trata-se de reconhecer que em um mundo de interconexões irreduzíveis, realizar experiências ou interpretar resultados, reverte inevitavelmente a um recorte do real que interfere no próprio real.

Outro aspecto catalisador do pensamento de Lupasco identificado por Nicolescu (2009, p. 3), que de certa forma encontra-se em consonância com a pesquisa do tipo transdisciplinar, é a identidade que pode, ademais, mostrar aspectos contraditórios que são incompreensíveis, incoerentes mesmo, do ponto de vista de uma lógica fundada sobre o postulado “ou isso ou aquilo”. Esses aspectos contraditórios deixam de ser desconexos em uma lógica fundada sobre o postulado “e isso e aquilo”, ou antes, “nem isso nem aquilo”. Sendo assim, Nicolescu (2009) acredita que o desenvolvimento de seu formalismo axiomático conduz Lupasco a postular a existência de um terceiro tipo de dinâmica, antagônica, que coexiste com a da heterogeneização que governa a matéria viva e com a da homogeneização, que governa a matéria física macroscópica.

[...] Esse novo mecanismo dinâmico demanda a existência de um estado de equilíbrio rigoroso, exato, entre os polos de uma contradição, em uma semiatualização e semi-potencialização estritamente iguais. Esse estado, chamado por Lupasco de estado T (“T” sendo a inicial do “terceiro incluído”), caracteriza o mundo microfísico, o mundo das partículas [...] a lógica axiomática de Lupasco extrai assim três orientações privilegiadas, três dialéticas: uma dialética de homogeneização, uma dialética de heterogeneização e uma dialética quântica. Lupasco utiliza o termo tridialética para caracterizar a estrutura de seu pensamento filosófico, termo que exprime a estrutura ternária, tripolar (homogêneo-heterogêneo-estado T) de toda manifestação da Realidade, a coexistência desses três aspectos inseparáveis em todo dinamismo acessível ao conhecimento lógico, racional (NICOLESCU, 2009, p. 2). (Destques do texto original).

A proposta de Nicolescu é que a lógica do Terceiro Incluído (filosofia do terceiro incluído de Lupasco) se caracteriza como uma filosofia da liberdade e da tolerância. Um importante teórico citado por Nicolescu (2009) é Jean-François Malherbe que mostrou, em um estudo muito instigante, como a interação entre o Terceiro Incluído e os jogos de linguagem de Wittgenstein poderiam repercutir positivamente no engendramento de uma ética contemporânea, quando se trata de pesquisas com minorias étnicas. “Como toda filosofia digna deste nome, para que ela seja operatória, o Terceiro Incluído deve ser vivido, aplicado na vida cotidiana. O Terceiro Incluído Lógico Lupasciano é útil no plano

de ampliação da classe dos fenômenos passíveis de serem compreendidos racionalmente” (NICOLESCU, 2009. p. 3).

Numa transposição para a realidade da pesquisa com os Apinayé, e considerando que a noção de nível de Realidade da Transdisciplinaridade, sendo esta identificada também como uma ferramenta na/da pesquisa científica, Nicolescu (2009) apresenta uma explicação clara da inclusão do terceiro no âmbito das relações interculturais. Ademais, Nicolescu dá à palavra realidade seu sentido ao mesmo tempo pragmático e ontológico, pois a compreensão do axioma do Terceiro Incluído – existe um terceiro termo T que é ao mesmo tempo A e não A – ilumina completamente o contexto quando a noção de níveis de Realidade é analisada à luz da contemporaneidade.

A pesquisa que realizamos nas aldeias indígenas Apinayé de São José e Mariazinha, cujos sujeitos estão envoltos na trama da interculturalidade e da transculturalidade, encontra ressonância na lógica do Terceiro Incluído e nos diferentes níveis de Realidade, pois segundo Nicolescu (2009), o contexto torna-se acessível ao conhecimento humano graças à existência de diferentes níveis de Realidade do sujeito, que se encontra em correspondência biunívoca com os níveis de Realidade do contexto. Isso porque o autor parte do pressuposto de que a coerência dos níveis de Realidade é subjetiva e pressupõe, como no caso dos níveis de Realidade do contexto, uma zona de não resistência. O conjunto dos níveis de Realidade do sujeito e sua zona complementar de não resistência constitui o sujeito transdisciplinar.

Nessa perspectiva, acreditamos que é no recôndito do ser índio em uma realidade fronteiriça étnica e culturalmente situada que os sujeitos, os quais não são objeto, mas contexto da pesquisa, nomeada também como transdisciplinar, se engendra numa dualidade identitária entre o ser e o não ser índio. Tal constatação deu-se no período em que estivemos em campo quando percebemos, com preocupação, que a situação de contato interfere nas subjetividades indígenas, promovendo configurações intersubjetivas com fortes impactos no sentimento de pertença dos membros das comunidades pesquisadas, notadamente dos jovens e adolescentes. Isso se evidencia em diferentes esferas da vida nas aldeias, sendo a língua e, conseqüentemente a cultura, visivelmente afetadas. Então é plausível a percepção de um Terceiro Incluído na lógica da Realidade Apinayé, onde liberdade, alteridade e reciprocidade se engendram, principalmente por se tratar de uma etnografia colaborativa, participante e crítica. Outro aspecto de muita relevância no contexto transdisciplinar em que a pesquisa se insere é a questão ética-êmica, e é disso que trata a seção a seguir.

O ÉTICO E O ÊMICO NA PESQUISA EM CONTEXTOS INDÍGENAS

As abordagens ética e êmica, segundo Sousa (2006) e Rosa & Clark Orey (2013), têm seus indícios no ano de 1954 a partir dos trabalhos de Keneth Lee Pike (1961), que se inspirou em uma analogia entre as abordagens linguísticas fonêmico e fonético. Nesse sentido, os trabalhos de Pike (1979) e Peterson e Pike (2002), ampliaram esses enfoques, entendendo que essa distinção, com base na interpretação da temática (fonema) voltada para a realidade de um som acústico (fonética), deve ser estendida ao comportamento social.

Nessa perspectiva, um aspecto primordial que precisa ficar bem claro no tocante à nossa inserção nas aldeias Apinayé de São José e Mariazinha para realizar a pesquisa, diz respeito à nossa postura, vista sob uma perspectiva “ética-êmica”, pois acreditamos que o pesquisador deve, obrigatoriamente, assumir um compromisso para com as comunidades. Segundo Marinho (2010, p. 77), a perspectiva êmica “[...] favorece o ponto de vista, as interpretações feitas pelos membros da comunidade investigada”. Já a perspectiva ética “[...] privilegia o ponto de vista do pesquisador, através de categorias ou traços por ele concebidos”.

São, portanto, duas abordagens presentes em pesquisas etnográficas que, ao serem descritas, devem necessariamente perpassar esses dois pontos de vista. Para Sousa (2006, p. 20), a postura “[...] ética do etnógrafo se caracteriza, preferencialmente, por seu não envolvimento imediato, pelo olhar cuidadoso e pelo rigor de suas observações, negociando com cautela seu plano de trabalho”. Em relação à perspectiva “êmica”, Sousa (2006) assegura que essa se particulariza por favorecer uma maior aproximação e adequada interação entre o pesquisador e os participantes da pesquisa.

Nesse sentido, assumimos, em todos os momentos da pesquisa etnográfica no contexto indígena Apinayé, onder se evidencia uma “Lógica do Terceiro Incluído”, uma postura ética-êmica. Em parte por ser esse um contexto onde as subjetividades se entrecruzam de forma mais eloquente, tomamos o cuidado de não interferir nos eventos observados e sermos fidedignos no ato de descrever e analisar os dados. Ademais, as atividades da pesquisa foram conduzidas em parceria com as pessoas das aldeias, professores, alunos e lideranças indígenas. Também estivemos sempre atentos e sensíveis às necessidades da comunidade, (co)construindo um trabalho pautado em solidariedade e afeto, ciente da responsabilidade que assumimos ao interagir como um “corpo estranho” em sua realidade. Por se tratar de uma pesquisa inserida num ambiente característico do

universo indígena, a ênfase esteve nos sujeitos e suas configurações, considerando o tênue contorno das intencionalidades, presentes com mais veemência na fronteira étnica.

Segundo Cavalcanti (2006, p. 249), o foco prolongado no contexto indígena para gerar os dados de pesquisa, “[...] abre possibilidade de ouvir e olhar a perspectiva do outro, ou seja, coloca-se a questão da alteridade em prática”. Surge, daí, implicações em relação ao contexto e ao compromisso ético-político com a questão indígena, como certamente surgiria em qualquer contexto de minorias. Nesse sentido, assumimos o compromisso de não somente respeitar a alteridade absoluta dos indígenas, mas de devolver às comunidades o resultado da pesquisa realizada. Afinal, trata-se de uma pesquisa etnográfica, colaborativa, participante e crítica; e, como partícipes, os indígenas são também parceiros, o que os credencia à condição de coautores de um trabalho que se desenvolveu mediante múltiplos olhares.

Ademais, “[...] esse compromisso é também político, pois está entrelaçado com questões de ética, não como objeto de benevolência, uma vez que as ações e respostas são de todos os participantes da pesquisa” (CAVALCANTI, 2006, p. 249). A autora lembra que a ética é um construto social como qualquer outro e, sendo assim, tende a ser etnocêntrica e que, não obstante, a ética da modernidade é também antropocêntrica e individualista devido a uma visão estreitamente subjetiva. Todavia, a ética a qual nos referimos e que foi nosso parâmetro na execução da pesquisa “[...] não é antropocêntrica, nem individualista, nem busca apenas a responsabilidade pelas consequências imediatas. É uma responsabilidade para o futuro” (CAVALCANTI, 2006, pp. 249-250). Esse é um desafio para todo e qualquer pesquisador que trabalha em contextos sociolinguísticos e culturalmente complexos, tal qual o contexto Apinayé. Uma ética que precisa de ser construída interculturalmente, indagando sempre que ética é essa, e a quem ela serve.

169

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um desafio que enfrentamos no cotidiano de nossas atividades docentes voltadas para a questão da Educação Intercultural, notadamente em relação à realidade dos mais de 300 povos indígenas que habitam no território nacional, é estabelecer critérios em relação à condução dos trabalhos desenvolvidos em contextos onde aspectos como língua, cultura e educação imbricam-se dieleticamente.

Nesse sentido, ao apresentarmos a Etnossociolinguística e a Transdisciplinaridade, identificando o Terceiro Incluído como fundamento de um modo de realizar pesquisa, onde as intersubjetividades se entrecruzam mais eloquentemente, estamos acenando com uma

nova e valorativa forma de permitir às comunidades tradicionais, por exemplo, indígenas e quilombolas, terem visibilidade em meio à sociedade hegemônica. Assim, tecemos, com argumentos claros e dados precisos, uma série de eventos que contribuem para a emergência de uma sociedade onde as diferenças sejam não somente respeitadas, mas vistas sob a perspectiva de uma riqueza cultural expressiva.

Nessa perspectiva, assume relevância aspectos como Hibridismo Cultural, Etnografia, Transdisciplinaridade e Letramento, categorias que, associadas à (Socio)linguística, isto é, a uma educação linguística, cujo enfoque está na relação entre língua e sociedade, com o objetivo de entender como esta última estabelece redes e teias de comunicações em seus domínios sociais (CAMACHO, 2013). Desse modo, as categorias estudadas permitem a emergência da Etnossociolinguística, teoria do conhecimento evidenciada em contextos axiológicos, ou seja, em domínios sociais onde os valores estão subordinados a aportes filosóficos, sociológicos e antropológicos próprios de suas comunidades.

Não obstante, a “Lógica do Terceiro Incluído” apresenta-se como um dos pilares da Transdisciplinaridade e também da Etnossociolinguística, permitindo enquadrar a pesquisa em ambientes interétnicos e interculturais, como é o caso das aldeias indígenas Apinayé onde realizamos nossa pesquisa, como a instauração de um novo e valioso paradigma em relação à descrição, apresentação, discussão e análise dos dados. Ademais, tudo isso desfaz a tradicional dicotomia sujeito-objeto, aspecto recorrente nas pesquisas acadêmicas, levando-nos a valorizar a empiria em conformidade com as teorias em movimento, nomeadamente em relação à Complexidade e aos Diferentes Níveis da Realidade Indígena Apinayé, aspectos catalizadores da Etnossociolinguística, que permitirá aos indígenas não apenas visibilidade, mas principalmente se perceberem agentes e regentes de sua historicidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Severina Alves de. **A Educação Escolar Apinayé na Perspectiva Bilíngue e Intercultural: Um Estudo Sociolinguístico das Aldeias São José e Mariazinha.** Dissertação de Mestrado. UFT - Universidade Federal do Tocantins. Araguaína: 2011a. Disponível: www.uft.edu.br/letras.

ALMEIDA, Severina Aves de. **A Educação Escolar Apinayé de São José e Mariazinha: um estudo sociolinguístico.** Goiânia: Ed. PUC Goiás, 2012.

ALMEIDA, Severina Alves de (Sissi). ALBUQUERQUE, Francisco Edviges; PINHO, Maria José de. **Transdisciplinaridade e Educação Intercultural: A Formação Do**

Severina Alves de ALMEIDA; Rosineide Magalhães de SOUSA; Francisco Edviges ALBUQUERQUE; Ângela Maria SILVA; Denyse Mota SILVA. Etnossociolinguística e Transdisciplinaridade na Realidade Indígena Apinayé: A Lógica do Terceiro Incluído. JNT-Facit Business And Technology Journal - ISSN: 2526-4281 QUALIS B1. Fevereiro 2021 - Ed. Nº 23. Vol. 1. Págs. 153-172.

Professor Indígena Apinayé Em Perspectiva. 2013. Disponível: <https://www.academia.edu>. Acesso: 13-set-2015. 13h21min. Pp. 825-846.

ALMEIDA, Severina Alves de. **Etnossociolinguística e Letramentos**: Contribuições para um Currículo Bilíngue e Intercultural Indígena Apinayé Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação da Universidade de Brasília: 2015. Disponível: www.unb.br.

ALMEIDA, Severina Alves de; SOUSA, Rosineide Magalhães de. **Da Etnossociolinguística ao Letramento**. O Currículo Bilíngue e Intercultural Indígena Apinayé em Perspectiva. No Prelo. 2016.

ALBUQUERQUE, Francisco Edviges. **Contribuição da Fonologia ao Processo de Educação Indígena Apinayé**. Tese de Doutorado. UFF – Universidade Federal Fluminense. Niterói: 2007.

ALBUQUERQUE, Francisco Edviges. **Dicionário Escolar Apinayé**. Belo Horizonte MG, Editora da Faculdade de Letras-UFMG, 80 p, 2012. Projeto do Dicionário Escolar Apinayé. Disponível: <http://www.laliuft.edu.br>.

ARENDRT, Hannah. **Compreender**: Formação, Exílio e totalitarismo. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Manual de Sociolinguística**. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

BRASIL. **Decreto nº 90.960, de 14 de Fevereiro de 1985**. Declara de ocupação dos silvícolas, área de terras nos municípios de Tocantinópolis e Itaguatins, no Estado de Goiás, e dá outras providências. Disponível: <http://www.lexml.gov.br/>. Acesso: 15-jan-2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil. 1988**. Versão on-line. Disponível: www.planalto.gov.br/ccivil.../Acesso: 03- abr-2011.

BRASIL. **Estatuto do Índio Lei 6.001**. 1973. Disponível: www.planalto.gov.br. Acesso: 03- abr-2011.

CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística**: uma introdução crítica. Tradução: Marcos Marciolino. 4. ed. São Paulo: Parábola, 2009.

CAMACHO, Roberto Gomes. **Da Linguística Formal à Linguística Social**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

CAVALCANTI, Marilda C Um Olhar Metateórico e Metametodológico em Pesquisa em Linguística Aplicada: Implicações éticas e políticas. In: MOITA LOPES, Luiz da. (Org). **Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

CUCHE, Denys. **A Noção de Cultura nas Ciências Sociais**. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 1999. 256p.

DA MATTA, Roberto. **Um mundo dividido**: a estrutura social dos índios Apinayé. Petrópolis: Ed. Vozes, 1976.

Severina Alves de ALMEIDA; Rosineide Magalhães de SOUSA; Francisco Edviges ALBUQUERQUE; Ângela Maria SILVA; Denyse Mota SILVA. **Etnossociolinguística e Transdisciplinaridade na Realidade Indígena Apinayé: A Lógica do Terceiro Incluído**. JNT-Facit Business And Technology Journal - ISSN: 2526-4281 QUALIS B1. Fevereiro 2021 - Ed. Nº 23. Vol. 1. Págs. 153-172.

- D' AMBRÓSIO, Ubiratan. **Transdisciplinaridade**. São Paulo: Palas Athena, 2.ed. 2009.
- ERICKSON, Frederick. **What makes school ethnography ethnographic?** Anthropology & Education Quarterly, volume 15, 1984.
- FREIRE, Paulo. **A Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. 35ªed. São Paulo: Ed. Vozes, 1997.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 2005.
- GONZALÉZ REY, Fernando. **Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.
- IWGIA. INTERNATIONAL WORK GROUP FOR INDIGENOUS AFFAIRS. **Documento Final da Conferência IWIGA**. 2015. Classensgade 11 E, DK 2100 - Copenhagen, Denmark. E-mail: iwgia@iwgia.org - Web: www.iwgia.org. Acesso: 20-ago-2015. 10:14h.
- MITJÁNS MARTINEZ, Albertina. A Teoria da Subjetividade de González Rey: Uma expressão do paradigma da complexidade na Psicologia. In: Fernando González Rey (Org.). **Subjetividade, Complexidade e Pesquisa em Psicologia**. São Paulo: Thompson, 2005.
- NIMUENDAJÚ, Curt. **Os Apinayé**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém: 1983.
- PETERSON, Mark F.; PIKE, Kenneth Lee. [Emics and etics for organizational studies: a lesson in contrast from linguistics](#). **International Journal of Cross Cultural Management, Anthropology**, 2002. Disponível: <http://www.sil.org/resources/archives/525>. Acesso: 19-set-2015. 22:48h.
- RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. **Línguas Brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas**. São Paulo: Loyola, 1986.
- SANTILLI, Paulo. **Pemongon Patá: território Macuxi, rotas de conflito**. São Paulo: Editora UNESP, 2001, 225 pp.
- SOUSA, Rosineide Magalhães de. **Gênero Discursivo Mediacional: Uma Pesquisa Na Perspectiva Etnográfica**. Universidade de Brasília, 2006, 257p. Tese (Doutorado em Linguística). Disponível: www.unb.br. Acesso: 05-set-2015. 12:10h.
- THOMAS, Jim. **Doing critical ethnography**. Sage Production Editor: Tara S. Mead. 1993.
- TOCANTINS. Distritos Sanitários Especiais Indígenas – DSEI. **Relatórios – 2013 – 2014**. Disponível: <http://www.bvsde.paho.org>. Acesso 04-set-2015.
- TOCANTINS. Distritos Sanitários Especiais Indígenas – DSEI. **Relatórios – 2020**. Disponível: <http://www.bvsde.paho.org>. Acesso 04-fev-2021.
- ROBINSON, Daniel N. (1999). **Aristotle's Psychology**. ISBN 0-9672066-0-X ISBN 978-0967206608. Disponível: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Eudaimonia>. Acesso em: 25-mai-2017.